

Teorias e Doutrinas Sociais Contemporâneas :

A DEMOCRACIA

C Abnte HILTON BERUTTI A. MOREIRA
Procurador J. M. REGO COSTA
CMG W. L. MANSO DA COSTA REIS
Prof. OMAR GONÇALVES DA MOTTA
Prof. MARIO PESSOA DA SILVEIRA

S U M A R I O

1 — INTRODUÇÃO

2 — O IDEAL

2.1 — O que a Democracia deve ser

2.1.1 — A sociedade aberta

2.1.2 — Liberdade, Igualdade, Fraternidade

2.1.3 — O Estado autolimitado

2.1.4 — Do povo, pelo povo, para o povo

2.1.5 — Democracia econômica

2.2 — O que a Democracia não é

2.3 — Democracia e Ideologia

3 — A REALIDADE: o que a Democracia veio a ser

3.1 — O problema político

3.2 — O problema psicossocial

3.3 — O problema econômico

4 — O DILEMA: que fazer?

4.1 — O "pragma" contra o dogma

5 — CONCLUSÃO

1 — Introdução

O relato que lhe vamos fazer começa em determinado momento da vida de certo povo, civilizado e culto como os que mais o forem: teve êle o privilégio de criar a disciplina do pensamento humano. Estamos falando dos gregos, em cujo idioma há uma palavra que traduz com fidelidade aquela tendência à meditação e à análise: "logos", que quer dizer — razão, lógica.

Outros povos, cultos ou civilizados, também existiram, pela sua excentricidade ou pela sua rudeza, eram considerados "bárbaros": de resto, não habitavam a pátria da lógica e da razão. Cada qual dêles tinha as suas inquietações. Só os gregos eram serenos, tranqüilos, justamente porque pensavam de maneira racional: pesquisavam as origens das coisas. E por isso que estavam certos do valor, não erguiam muros em redor das suas "polis". Um forasteiro como Paulo, o Apóstolo, não foi impedido de pregar em Éfeso contra a idolatria; e foi com delicadeza que os atenienses pagãos repeliram o absurdo da ressurreição dos corpos!

A Grécia era uma sociedade aberta. Brotavam as concepções mais dispares sobre os problemas mais complexos. O teísmo histórico de Homero e Hesíodo era contrastado pelas "mutações" de Heráclito. O humanismo universalista de Sócrates opunha-se ao tribalismo estatal de Platão. A multiplicidade dessas conceituações revelava amadurecimento cultural e sobretudo liberdade de pensamento. Era a extensão, ao terreno da sociologia e da política, das indagações filosóficas sobre aquelas origens das coisas.

O momento histórico da Democracia surgiu, então, como resposta à pergunta indefectível sobre a origem do Poder. De onde vem o Poder? De Deus — ou dos deuses? Ou dos homens?

Foi ela portanto um produto sazornado da razão e da lógica. Teve uma infância de alguns séculos, em que coexistia com outras fórmulas mais ou menos heterodoxas como a aristocracia, a oligarquia, a escravidão — e depois sofreu hiatos. Não morria é claro — esperava apenas novos surtos de lógica e de razão. De século em século, de Continente em Continente, expandiu-se pelo mundo até que, hoje, uma larga parcela das nações adota a Democracia: no entanto, não é a mesma a porção da humanidade que acredita nela, apesar de ela oferecer de graça e sem dor algumas das coisas que o homem mais preza. Deve haver alguma razão forte para isso: talvez mesmo uma variedade de razões poderosas.

2 — O Ideal: o que a Democracia deve ser

Toda instituição humana tem uma forma ideal, que corresponde à concepção mais pura de seus desígnios. A Democracia, em seus cânones, é um modo de organização da sociedade e do Estado tendo por base o conceito essencialmente humanista do homem, isto é — encara o ser humano como cidadão de fé e liberdade.

2.1 — A Sociedade aberta

A Sociedade democrática é uma sociedade aberta. Seus característicos fundamentais foram traçados pelos membros da "grande geração" dos atenienses que fixaram o entendimento liminar de que as instituições humanas são feitura do próprio homem. Disse Péricles na "Oração Fúnebre": "Nossa cidade tem as portas abertas para o mundo. Somos livres para viver como nos apraz. Não temos suspeitas uns dos outros. Amamos a beleza e tendemos a aprimorar a inteligência e a buscar a verdade onde ela estiver. Não é para nós desgraça a pobreza; desgraçado é aquele que não tenta sair dela. Não encaramos a discussão como obstáculo, mas como estímulo. E embora poucos de nós possam dar origem a uma política, somos todos capazes de julgá-la". São por sua vez dos fragmentos de Demócrito estas conceituações sobre a sociedade aberta: "A virtude humana baseia-se acima de tudo no respeito ao próximo. Cada homem é um pequeno mundo. Devemos fazer o máximo para auxiliar os injustiçados. Ser bom não significa apenas não fazer o mal; as boas ações é que contam. O sábio não tem nacionalidade porque o seu lar é o mundo". E a quem senão Sócrates se deve o conceito da igualdade perante a lei; as pregações contra o dogma; e o credo no destino universal do homem?

Tais são na verdade algumas das configurações mais sugestivas da sociedade aberta, que se caracteriza essencialmente pela permeabilidade da sua estrutura e interpenetração de suas classes ou perfis.

2.2 — Liberdade, Igualdade, Fraternidade

Inclui-se no conceito da sociedade aberta o equilíbrio entre as figuras da liberdade, igualdade e fraternidade, que são apanágios da Democracia. Deve haver harmonia entre esses princípios básicos. A hipertrofia de um deles elimina ou reduz os outros e desvirtua a Democracia. A predominância da liberdade conduz ao liberalismo e ameaça substituir a conciliação pela luta. O incremento da igualdade enseja o socialismo em prejuízo das liberdades individuais. A ênfase da fraternidade favorece o dogma de uma utopia mística.

Uma das maiores belezas da sociedade democrática está no respeito com que o homem se oculta no Estado para imperar sobre o homem: a Democracia é acima de tudo uma ética. O súdito renuncia às suas prerrogativas fundamentais para depois recuperá-las como cidadão. É isso que confere à liberdade aquele caráter transcendente que se configura na expressão rousseauiana da "vontade geral" e bem reflete o papel antropomórfico do Estado, na Democracia. É essa a última etapa da metamorfose política que começa no subjetivismo individualista e termina na objetividade social. O cidadão só é verdadeiramente livre mercê da vontade de todos: aquele que se negue a esse determinismo único deve ser "obrigado" a ser "livre" sob a coação do Estado. Não era por paradoxo — antes como advertência — que a palavra liberdade estava escrita sobre

as portas das prisões e nos remos das galés na República de Gênova. A idéia está resumida de forma magistral no conceito do criminalista Hagel: "O castigo é a liberdade do criminoso."

2.3 — O Estado autolimitado

Uma sociedade como esta exige uma forma de Estado que venha ao encontro de suas tendências universalistas por meio de atitudes de auto-limitação. O Estado democrático é aquele em que todos os poderes estão sujeitos à lei; que tem por condição de exercício o consenso dos cidadãos; que tem por finalidade o bem comum; e que tem como limite os direitos fundamentais do homem.

A primeira condição exclui o arbítrio: é o império da lei.

A segunda pressupõe a ausência de qualquer pressão para a investidura jurídica e o consentimento ativo e passivo dos governados.

O bem comum é a mais clara das condições de um Estado democrático, porque responde pela sua exação.

O último dos condicionamentos implica em reconhecer a preexistência daquelas prerrogativas inerentes à pessoa humana que João XXIII considera "universais, invioláveis e inalienáveis". Universais porque pertencem ao gênero humano, sem distinção de raça ou credo. Invioláveis, porque força de qualquer natureza as poderá negar, sob pena de um crime de lesa-civilização e de lesa-humanidade. Inalienáveis — porque nem o próprio homem pode abrir mão delas sob pena de negar-se. Mas estas condições do Estado democrático exigem considerações de outra ordem. Ele na verdade transcende à sociedade política, sobre a qual exerce império mas que com ele não se confunde, para não privá-la da capacidade de vigilância que sobre ele pode exercer. Uma concepção é o Estado — outra, o Governo. Os britânicos são de tal forma ciosos dessa distinção, por assim dizer moral, que os tratadistas do Direito evitam ali usar a palavra Estado e sim — Coroa: e não satisfeitos, mudam os seus textos se é um Rei ou uma Rainha.

É que o Estado democrático também por definição é aberto a todos. Em recente obra de doutrina política, Seymour Lipset enfatiza essa distinção entre a fonte e o órgão da autoridade: nenhuma corrente de opinião, nenhum partido político pode de direito monopolizar o Estado. A Democracia é tanto o governo da maioria como das minorias: ele é neutro e equidistante entre o evolucionista e o conservador, entre o radical e o moderado, entre o temporal e o espiritual. Do contrário, a sociedade correria o risco do oficialismo em matéria de natureza privada, como educação, religião, filosofia, ciência, arte.

2.4 — Do povo, pelo povo, para o povo

Aponta Sartori cinco definições para o "demos": um grande número de pessoas; a pluralidade integral das pessoas; o todo orgânico da população; a maioria absoluta; a maioria relativa.

A primeira não conta porque é demasiado vaga. A segunda seria uma hiperdemocracia, portanto utópica. Aceitar a definição da maioria absoluta importaria em atribuir a um só cidadão o destino eventual da sociedade. Resta o conceito da maioria relativa, que admite a existência das minorias e é portanto operante: o povo é a maioria relativa. Que fazer desta definição?

O problema é de Poder: face à Democracia, trata-se de apurar a maneira mais hábil de restringir o Poder daqueles que estão, em princípio, plenamente capacitados para o exercer. O etimólogo puro, desatento a pormenores de tecnologia democrática, não percebe que o simples "governo do povo" só teria validade na "polis" grega para a qual foi criado — mas está ultrapassado pelas megalópolis do mundo atual. A Democracia racionalista e a "massocracia" carismática são infensas, mas defrontam-se a cada instante da sua vida em comum.

Surge então outra face do problema: a soberania do povo. Como pode o povo — e já agora em qualquer das suas acepções reais — ser o controlador efetivo do Poder? Os receios de Rousseau sobre as exorbitâncias da delegação foram em grande parte desfeitos tecnicamente pela fórmula de Lincoln no "Discurso de Gettysburg": "governo do povo, pelo povo, para o povo". As três preposições descrevem a curva do problema e significam, uma — a posse do Poder; outra, a delegação do Poder; afinal — a destinação do Poder. Em qualquer dos casos, o "demos" tem precedência sobre o "cratos" — o que firma a imposição da sociedade sobre o Estado. Tanto basta para definir a democracia política e social.

2.5 — A economia na Democracia

Este capítulo não poderia terminar sem um tópico sobre a economia na democracia. É assunto sobre o qual ou se escreve um tratado, ou apenas cinco linhas. Façamos caberem neste curto espaço as palavras de Henry Ford na audiência final de julgamento da ação contra êle movida por acionistas de sua empresa, sob a alegação de desperdício de lucros: — aumentara Ford os salários dos operários e reduzira o preço dos veículos, fazendo diminuir os dividendos.

A pergunta do advogado opositor sobre se o objetivo real de sua empresa era ou não dar lucro, respondeu Ford: "Ela foi criada para fazer tanto bem quanto fôr possível, em toda parte, a quem quer que por ela se interesse. Para ajudar o mais possível a todos quantos dela necessitam. Para fazer dinheiro mas investi-lo, para entregar os carros onde as pessoas dêle precisem... e acessoriamente ("incidentally"), para dar lucros". E ante o assombro do juiz, concluiu: "A todo aquele que fizer isso, o dinheiro lhe choverá nas mãos de tal sorte que não saberá o que fazer dêle."

Este diálogo é transcrito em mais de uma obra de leitura corrente. Observa Bruckberger que êle é tão importante para a cultura democrá-

tica quanto a "Declaração da Independência" — e encerra tanta energia revolucionária quanto a teoria de Copérnico: a empresa não é mais o satélite do dinheiro — ficando uma e outro a serviço do homem.

3 — O que a Democracia não é

Complemento substancial para a definição do que a Democracia deve ser — seria a demarcação "ex-adverso" do seu território filosófico: que é que a Democracia não é? Trata-se de recensar as formas do Estado em que o Poder se organiza e se exerce de cima para baixo. A lista não é longa: absolutismo, tirania, ditadura, autoocracia, totalitarismo.

O absolutismo é uma reminiscência do "rex absolutus" em que o Estado era uma simples peça de museu da realeza. Trata-se de uma forma de exacerbação da autoridade, com prejuízo de liberdade — e portanto infensa à Democracia.

Despotismo, tirania e ditadura podem ser examinadas em conjunto porque existe um traço comum entre elas — a usurpação do Poder pela violência: lembre-se o preceito de Maquiavel: — "Aquêle que funda uma ditadura e não mata Bruto pouco governará." Diz John Strachey que "só existem duas maneiras de governar: contar as cabeças — ou cortá-las". A Democracia não é a que corta: ela não pretende escrever o que Sorokin chama a "missa de Réquiem pelo homo sapiens".

Eis as características da autoocracia: o Poder nela é monolítico, porque inexistente o princípio da descentralização; é incontrolável, à falta do dispositivo corretor dos abusos da autoridade; é ilimitado no tempo porque não existe a rotatividade dos agentes do Poder. É tudo quanto a Democracia mais abomina.

O totalitarismo é definido por Almond como "a tirania com uma burocracia tecnológica e com o monopólio da violência". Coube a Friedrich decompor os fatores primos do totalitarismo, que se caracteriza pelas seguintes configurações: — terror policial; centralização da economia; monopólio das comunicações; monopartidarismo; ideologia oficial. É mais um exemplo da não democracia.

4 — Democracia e ideologia

Ideologia é uma palavra que sofreu apreciáveis alterações semânticas. Seu uso vulgarizou-se a ponto de significar desde as idéias mais graves até as mais perfunctórias. O sufragismo, o nacionalismo são ideologias. O nazismo, o fascismo, o marxismo — igualmente o são. Costuma-se do mesmo modo atribuir à Democracia teor ideológico e isto divide as opiniões.

O termo *ideologia* surgiu no século XVIII e a partir dessa época vem sofrendo de fato as mais contraditórias e variadas conceituações, sobretudo no campo político.

Os que sustentam que a democracia é também uma ideologia apresentam ponderáveis argumentos. E para melhor manifestarem a convicção que os anima entendem ser imprescindível partir de um conceito de ideologia. Essa precaução se justifica para não recaírem no erro de sobre a ideologia apenas construírem frases de conteúdo polêmico, considerando-se sob o ângulo de certas deturpações que a recente História Humana registrou.

Ideologia, para eles, é a ciência das idéias; é o conjunto de crenças, modo de pensar característico de um grupo, nação, classe, casta, profissão ou ocupação, seita religiosa, partido político etc. Por outro lado, definem-na como sistema de idéias peculiar a determinado grupo e condicionado, em última análise, pelos interesses desse grupo. A função da ideologia consiste na conquista ou na conservação de um determinado *status social* do grupo e de seus membros. Doutrinas políticas, religiosas, econômicas e filosóficas desempenham, geralmente, funções de ideologia (v. "Webster's New International Dictionary of the English Language", 1.º volume; "Dicionário de Sociologia", editado por Henry Pratt Fairchild; "Dicionário de Sociologia", do Departamento Editorial da Editora Globo, etc.).

Autores outros adotam idêntica opinião quando afirmam que o conceito de ideologia é freqüentemente usado no sentido geral de convicções filosóficas, políticas e morais, a exemplo de Hans Morgenthau (*Politics Among Nations*, 1963). Para ele, as ideologias, como todas as idéias, são armas que podem levantar o moral nacional e com isso o poder de uma nação, ao mesmo tempo em que pode abater o moral do opositor (*ibidem*).

Na mesma linha de pensamento, estão Irish and Prothro (*The Politics of American Democracy — Third Edition*), professores Ann Vann Wynem Thomas e Myres McDougal and Associates (*"Studies in World Public Order"*, 1960).

Estes últimos referem-se a um "*Seminário sobre ideologia*" com este objetivo: dar especial relêvo à situação da ideologia democrática em face das ideologias que desafiam no País e fora dele. Ao mesmo tempo, acrescentam, serão descritos os reais acontecimentos a respeito da situação ideológica do mundo e das principais tendências que nele se manifestaram por si próprias com as linhas possíveis de um futuro desenvolvimento.

Mesmo entre nós, o General-de-Exército A. Lyra Tavares falou a propósito do fortalecimento do espírito do homem para dar-lhe a convicção ideológica democrática (*Combate ao Comunismo na Força Armada*, 1965).

O professor Pinto Ferreira, catedrático de Direito Constitucional e sociólogo brasileiro, descreve o nascimento histórico da ideologia democrática (v. "*Teoria do Estado*", 1957).

Prestigiando os defensores da tese — Democracia-Ideologia, bem recentemente, Arnold Wolfers (*Discord and Collaboration Essays on In-*

ternational Politics, 1962) enumera vários fatos que a confirmam, inclusive ao falar de uma ideologia wilsoniana, ao lado de uma ideologia leninista.

É de ver que o termo Ideologia tem vasta amplitude, abrangendo a Democracia, que não é apenas um assunto de filosofia, porém algo mais complexo em que fatores sociais, políticos, econômicos, psicossociais e ideológicos dão-lhe conteúdo de enorme complexidade.

Ideologias são anteriores às forças totalitárias nazistas e fascistas de governo, embora eles usassem tipos nocivos de ideologia.

Não há confusão possível, pois a aceitação da Democracia, como Ideologia, dando àquela o caráter agressivo de que necessita, responde, no plano espiritual e moral, ao imperialismo do chamado mundo socialista.

De resto, admitindo-se que haja entre os autores controvérsia sobre a natureza ideológica da Democracia, é do mais alto interesse nacional estrutural suas próprias idéias em termos de ideologia a fim de poder-se criar uma verdadeira mística democrática, na lição de Louis Rougier (*Les Mystiques Politiques Contemporaines et Leurs Incidences Internationales*, 1935).

Os partidários dessa concepção chegam a afirmar que é necessário, mais do que nunca, o exercício do direito de optar nessa encruzilhada em que se decidem os destinos do mundo.

Eis, agora, os argumentos daqueles que defendem a tese oposta.

A ideologia, em face da psicologia e da sociologia, resume-se no predomínio do irracional sobre o raciocínio — o que na verdade recomenda maior parcimônia no uso da palavra, dentro de um critério eminentemente científico. Criou-se um ramo de ciência social cujo recheio é quase constituído pela ideologia-sociologia do conhecimento:

Karl Mannheim — de todos o mais extenso no estudo da questão, afirma que a ideologia é o domínio do "inconsciente coletivo" ("Ideologia e Utopia"). Diz Frederick Hayek (*"The Counter-revolution of Science"*) que a ideologia "é uma forma de super-racionalismo que prepara o terreno para o irracionalismo total". E Lewis Mumford — professor de Sociologia da Universidade de Stanford (*"The Condition of Man"*) — coloca o assunto em termos ainda mais claros ao observar que a ideologia é um superego que, "preocupado com a sua própria ordem, nega a função do "id" e isola-se na vitalidade que o deveria servir". Quer isto dizer — explica o autor — que "a repressão ideológica da vontade, exercida além de certos limites, conduz à destruição total da personalidade". É a isso que Robert Merton (*"Sociology of Knowledge"*) chama de "nilismo intelectual"; e Karl Popper (*"The Open Society and its Enemies"*) — "dogmatismo reforçado".

Outro é Hans Freyer (*"Teoria da Época Atual"*): analisando a posição do homem diante da ideologia, observa que ela não se fundamenta

nêle — “mais é nêle plantada como num poste ôco”. É também do mesmo autor o conceito de que tôda ideologia possui uma idéia-base e um homem-forte, que a empunha “como a mão ao arco”.

Diz por sua vez Calderan Beltrão (“Sociologia do Desenvolvimento”) — catedrático de Sociologia da Universidade Gregoriana de Roma — que a ideologia “é um pensamento de engajamento e de luta que descamba para exacerbações e engendra unilateralidades, radicalizações, extremismos e maquiavelismo”.

Vejamos como essas conceituações se coadunam com o conceito filosófico e humanístico da Democracia — que, como ficou dito, nasceu do “logos” e portanto da Razão. Ouçamos Rober Strausz-Hupé, professor de Teoria Política da Universidade de Pensylvania (“Power and Community”): “Democracia é antes de tudo um método para partilhar o Poder numa busca de igualdade legal e para manter a ação dos governantes limitada por determinados freios. Não é um corpo acabado de dogmas sociais e políticos. Não é uma ideologia.”

Observa por sua vez Arnold Brecht — professor de Ciência Política da Universidade de Heidelberg (“Teoria Política”) — que “o sistema democrático de valores convertera-se (êle analisa a situação européia entre as duas guerras) em puro dogma, ou ideologia dentro de que “nenhuma liberdade da ciência, da arte, da imprensa, seriam toleradas em oposição à política oficial” — e “até a tortura, a escravidão, a punição cruel e a liquidação eram meios apropriados para fazer impor os objetivos governamentais”.

Kennedy, em mensagem aos estudantes japoneses (“Amigos Justos e Bravos Inimigos”) disse: “Nós, americanos, somos por disposição e por tradição desconfiados de doutrinas absolutas e de ideologias, convictos que estamos de que a razão e a experiência são os meios pelos quais os povos livres realizam seus desígnios. Um dos grandes estadistas criadores de nosso tempo foi Roosevelt, criador precisamente porque preferiu a experiência à ideologia.”

Em mais de um tópico de sua obra específica — “A Idade da Ideologia” — Frederick Watkins, professor de Teoria Política da Universidade de Yale — focaliza o traço de antinomia entre duas concepções: “Seja como fôr, prevalece — diz êle — o fato de que a maior parte do mundo está ainda subdesenvolvida e é portanto susceptível ao apêlo dos movimentos ideológicos; isto apresenta às Democracias ocidentais um problema que terão de encarar por muito tempo.” E em outro ponto: “Uma decrescente susceptibilidade ao extremismo ideológico e uma crescente tendência para a democracia constitucional — parece ser a ordem do dia.”

Eis o testemunho de Hans Kelsen (“Essência e Valor da Democracia”) — criador da teoria do Direito Político puro: “A Democracia assume, com sua posição crítico-racionalista, uma atitude antiideológica; a autocracia, por sua vez, tende, ao contrário, a render-se às ideologias. A luta

em que a Democracia supera a ideologia dirige-se, em nome da razão crítica, contra a ideologia, que apela para as forças irracionais do espírito humano."

São de um político brasileiro estas palavras em torno da questão: "Começo por sustentar que um verdadeiro democrata não tem ideologia. A Democracia comporta, exatamente, uma variedade de soluções para os problemas, que vai das medidas socializantes às do liberalismo, conforme as circunstâncias, o tempo histórico, as necessidades, as limitações. Há, neste sentido, no democrata, uma disponibilidade, uma disposição de procurar as soluções sem preconceitos nem prevenções, que é precisamente o contrário do que se enquadra num sistema, ou numa ideologia" ("Reforma e Revolução").

E afinal, Giovanni Sartori ("Democrazia e Definizione") — professor de Ciência Política da Universidade de Florença —; "Ideologia, como se sabe, é um termo comercializado pelo marxismo. No entanto, vem-se usando a expressão "ideologia democrática" como algo natural, como se cada discurso sobre democracia pudesse ser apenas ideológico. Inúmeros cientistas políticos concordam que dizer "filosofia da democracia" significa o mesmo que dizer "ideologia democrática". Aqui está uma oferta excelente para a técnica marxista de liquidar, num golpe de semântica, os ideais e a doutrina da Democracia, com os subprodutos de uma falsa consciência de classe".

Eis as duas teses, que entregamos ao exame dos senhores.

5 — A Realidade: o que a Democracia veio a ser

O ideal é sempre melhor do que o real — ou então não haveria necessidade de ideais. Terá a Democracia realizado fielmente os seus desígnios? Prometera ela uma sociedade simples, composta de cidadãos livres e iguais em oportunidade, cooperando fraternalmente para o bem-comum através da discussão racional de suas dúvidas e de concessões recíprocas.

Quanto ao Estado, deveria ele superintender em sua alta competência todo êsse imenso mecanismo de ações e reações, garantindo as liberdades públicas e intervindo apenas onde e como fôsse necessário para regularizar aquelas funções.

Agora, a realidade. A sociedade democrática revelou ser de uma extrema complexidade. Forças de vária ordem limitaram a poucos apenas aquilo que ela havia prometido a todos. As prerrogativas gerais tornaram-se menos de fato do que de Direito. E eis como o ideal passou a correr o risco de degenerar em ilusão — diluir-se em mais uma Utopia. Prestemos à Democracia o serviço exemplar de exibir as suas falibilidades: façamos a sua catarse.

Principiemos por dividir a culpa com a História. O Século XVIII prometeu emancipar o homem das injunções do Estado — e cumpriu.

Luís XIV dizia "L'État c'est moi" — e os herdeiros de Rousseau diriam as mesmas palavras, apontando para si próprio. Mas ao libertar-se do jugo estatal, o homem criou-se a si mesmo novas formas de sujeição com resultado do crescente agravamento da sociedade tecnológica, que começou com as grandes invenções e prossegue hoje com a cibernética.

Três foram as espécies de injunções selecionadas para exprimir aqui a troca de senhor que o homem sofreu nestes últimos dois séculos. Primeiro, uma injunção política, negando-lhe a prometida representação real de sua vontade no exercício do Poder pelo Estado. Segundo uma injunção psicossocial, privando-o da participação efetiva no processamento da opinião pública. Por último, uma injunção econômica, negando-lhe a positiva libertação da pobreza e da marginalização social. São estes na verdade grandes pecados da Democracia — que todavia ainda trazem consolo, porque os erros de seus adversários terão sido ainda maiores e mais graves, inclusive porque prometeram mais do que ela própria.

5.1 — O Problema Político

Em todas as sociedades democráticas existe uma nítida vinculação entre a política e a economia. Os detentores da riqueza tendem a identificar os seus próprios interesses com o bem comum — e a promover aqueles sob o pálio protetor deste.

O instrumento através do qual o poder político se estrutura são os partidos: eles é que lhe garantem o sucesso eleitoral. Cada partido tem a sua declaração de princípios, seu programa — de forma a atrair as simpatias do eleitorado. Mas é claro que o sucesso nas eleições não depende senão esporadicamente do mérito isolado de tais plataformas: seu êxito é o resultado último de um intrincado processo de psicologia e estatística, colocado sob a orientação de especialistas. Monta-se uma autêntica máquina cuja finalidade é aliciar votos e ganhar a eleição. A sociologia, o cálculo das probabilidades — todas essas ciências mais ou menos positivas, mais ou menos oscilantes, tomam parte no mecanismo de uma eleição desse tipo. E quando o candidato vitorioso nas urnas recebe o cumprimento do seu opositor, é porque no mínimo sua máquina eleitoral terá sido mais pujante do que a do rival.

É claro que as contribuições para as campanhas podem ser doadas de maneira desinteressada — mas não há como negar o seu caráter de exceção: o caso geral! — é dos investimentos típicos, em que os grandes empórios destinam somas apreciáveis ao custeio das campanhas e esperam em contrapartida que o partido vitorioso venha a pugnar pela espécie de legislação ou de administração que convenha aos seus interesses. Não há como negar essa integração inconfessada mas patente entre o poder econômico e o poder político. Isto de fato responde pela maior parcela das desilusões que o verdadeiro democrata experimenta ao ver o seu entusiasmo, o seu idealismo esborçar-se de encontro à porta de um cofre forte.

Outro aspecto do mesmo problema tem a ver com o fato de que a Democracia demonstrou ser um fenômeno predominante urbano. Isto é mais sensível nas nações subdesenvolvidas, em que a grande maioria da população ainda se dedica a atividades primárias, como a agricultura, a pecuária. É evidente que a distância em que elas se encontram, as áreas rurais, dos núcleos metropolitanos da política torna difícil a esperada articulação. Além do mais, as sedes partidárias nem sempre se fazem representar junto àqueles centros mais distantes e via de regra só procuram contato com eles nas proximidades dos pleitos eleitorais. É verdade que os progressos tecnológicos das comunicações têm experimentado atenuar essa falta, mas não é menos certo que o desencontro ainda é sensível, e portanto prejudicial ao bom mecanismo da Democracia.

Valeria ainda observar a manifesta tendência de certas democracias no sentido de uma forma de hipertrofia chamada "Executivo forte", que se evidencia de várias maneiras, desde as deliberações "ad referendum" até os plebiscitos por via dos quais o povo é levado em certo sentido a ignorar os seus próprios representantes no Legislativo. Comentando ultimamente esses fatos, Salvador Madariaga acusa nêles uma tendência de retorno à monocracia. Existe por sua vez nos Estados Unidos o brocardo de que o Presidente da República "é um rei absoluto que o povo decapita constitucionalmente de quatro em quatro anos".

5.2 — O Problema Psicossocial

Uma das características essenciais da Democracia é a livre manifestação do pensamento. Todos podem expressar-se livremente — é claro: a imprensa escrita e falada, a palavra, o livro — cada um desses veículos do pensamento circula sem submissão à censura oficial. Todavia, o homem comum, livre embora para manifestar o seu pensamento, tem influência deveras reduzida no preparo da opinião pública de uma nação. Ele desempenha na verdade um papel mais passivo do que ativo: não é promotor — é depositário. É que os veículos naturais da opinião — jornais, radio-difusoras, videos — não ficam ao alcance do "average man" para a divulgação de suas idéias: ele não tem como participar da elaboração do pensamento coletivo e isto cria para ele uma frustração.

Também aqui surge a figura do poder econômico em sua onipresença indesejável, mas ineffectível: é claro que o alto custo das publicações e programas torna-os acessíveis apenas aos que dispõem de capacidade aquisitiva conveniente. Homens de negócios, chefes de empresas, líderes partidários — estes são os capacitados à comunicação direta com o público: o cidadão comum tem de contentar-se com o silêncio meramente receptacular — ou com alguma coisa como as tribunas de Hyde Park!

É que também as organizações publicitárias têm finalidade lucrativa e como tal ficam sujeitas às influências que limitam o sistema da livre empresa econômica e são por ela condicionadas. Editôres — só lançam obras de escritores que lhes garantem rentabilidade para o capital inves-

tido. Jornais não publicam indistintamente notícias que contrariem interesses econômicos que exerçam reflexos sobre o seu gênero de negócio.

É verdade que existem duas classes distintas de imprensa: a imprensa-notícia e a imprensa-opinião. A notícia é uma síntese; a opinião é uma análise. Uma é a ótica; a outra — uma ética. Uma e outra não podem prescindir da autenticidade e portanto estão ambas comprometidas com o problema da falibilidade humana. Então, o que chega até ao homem das ruas, ao chefe da família da sociedade democrática não é senão uma resenha filtrada de coletados por todo esse complicado sistema de censuras privadas: observações parciais ou incompletas; idéias formuladas sem talvez o perfeito conhecimento das causas e dos efeitos; informações prestadas por observadores casuais de fatos e de individualidades — tudo isso de um mérito duvidoso mas que ele não tem como devidamente apurar. Eis o grande caldeamento da opinião pública dentro de uma nação democrática, onde a liberdade de acesso às fontes do conhecimento é uma garantia de Direito, mas o exercício dessa prerrogativa não conduz a um resultado prático, de fato.

5.3 — O Problema Econômico

Relata Montaigne em seus "Ensaaios" a visita que fizeram a Rouen três indígenas americanos ao tempo de Carlos IX. Um deles, de todos o mais desembaraçado, fez observações curiosas sobre a sociedade francesa da época: "Disse que havia entre nós — conta Montaigne — homens gordos e repletos de toda espécie de comodidades, enquanto suas metades eram mendigos descarnados pela fome".

Aquêles aborígenes do Novo Mundo terão apontado a chaga que deveria envergonhar a Civilização e que ainda não cicatrizou: o terrível contraste entre a opulência e a miséria, que não deixa de ser uma forma de canibalismo econômico. A Democracia também prometeu sarar essa ferida, mas ela ainda faz sangrar mais de metade da humanidade.

A grandeza econômica da Democracia vem-lhe do capitalismo: sua falibilidade, também. O bem comum, para o capitalismo, é a mera soma dos bens privados: aumenta um, cresce o outro — e eis aí um equívoco fatal. O rico, aumentando o seu patrimônio, estaria assim fazendo crescer a riqueza comum — e nada mais falso.

Outra falibilidade do capitalismo foi a consideração do trabalho humano como simples mercadoria sujeita às leis frias da economia: a oferta de braço faz baixar o preço do braço, que é salário — mas a alma, que anima o braço, trabalha de graça.

Outra mais é a concorrência: ela mata a própria concorrência porque cria os trustes ou, na melhor das hipóteses, o gigantismo econômico, que Chesterton chamava de "câncer social" porque faz crescer as coisas possuídas além da exata dimensão do "domínio que pode ser dominado".

O capitalismo é ainda responsável pela superprodução: ela sacrifica os mais fracos e cria o malthusianismo econômico, que consiste em destruir produtos que matariam a fome dos necessitados.

Debitável é ainda o capitalismo democrático pelo chamado "conflito norte-sul" que contempla o mundo atual e reflete o decadente imperialismo colonialista; a definição é de U-Thant e tem a ver com a linha equatorial. Os países situados abaixo do maior paralelo fornecem as matérias-primas para o grande mercado industrial; aqueles que ficam acima — transformam esses produtos e abastecem os consumidores internacionais. Há mais: os produtos primários, por maior que seja o volume de sua exportação regular, adquirem-se a preços cada vez mais baixos; enquanto isso os países subdesenvolvidos pagam cada vez mais caro pelos produtos industrializados. É bem fácil antecipar o resultado desse metabolismo econômico de que as nações fracas emergem cada vez mais pobres — e as nações fortes cada vez mais ricas: se isto é uma meia verdade, será pelo menos a metade da verdade total que maiores prejuízos morais tem causado à Democracia! Enquanto as nações de que dependem as grandes regras da política mundial global não se deixarem penetrar pela evidência de que a quase totalidade dos males que assolam o mundo provém da teimpisia persistente desse distributismo anacrônico da economia internacional, não deixará de existir esse tratamento discriminatório que responde em larga escala pelos desníveis entre as nações, no concerto político delas próprias — bem como pelos desequilíbrios sócio-econômicos verdadeiramente dramáticos, dentro delas mesmas. E é bem este o drama da riqueza e do pauperismo.

Forçoso é convir que o capitalismo, como esteio econômico da Democracia, evoluiu de suas formas históricas na direção das aspirações das classes trabalhadoras; é o neocapitalismo. É claro que ele ainda confere ao capital a decisão suprema, o árbitro dos fatos econômicos — mas não é menos certo que não poderia abrir mão em definitivo de suas prerrogativas, sob pena de desmentir-se. De resto, talvez mesmo fôsse preciso chegar a tanto! A indagação frente ao neocapitalismo é saber se ele teria a oportunidade de significar uma opção definitiva para corrigir os males do capitalismo; há considerações importantes a fazer. Em primeiro lugar, suas manifestações gerais ainda não têm homogeneidade, quer dizer — a formulação de uma política econômica neocapitalista ainda não obedece a normas perfeitamente delineadas: trata-se de soluções casuísticas, que portanto ainda não oferecem possibilidade de uma normatização. Tais soluções refletem, porém, duas linhas essenciais de intenções: primeiro, há os que abraçam o neocapitalismo por convicção, como um recurso sadio e por assim dizer filosófico para a superação dos erros intrínsecos e formais do capitalismo ortodoxo; estes compreendem um número ainda pequeno de apologistas. A outra linha é integrada pelos que encerram o neocapitalismo como recurso derradeiro para salvar o capitalismo das vascas da agonia: estes — que compõem uma nítida maioria — mantêm-se unidos mais por força de um medo

extremo ao coletivismo socialista-comunista. Agem menos por convicção do que por um instinto de conservação. O senso de realismo e a fria observação do gênero humano, em suas manifestações, levam a crer que, à menor tendência de atenuação do perigo, serão elas susceptíveis de retornar às formas originais do capitalismo: há exemplos históricos dessa atitude.

6 — O Dilema: que fazer?

O dilema com que se defrontam as nações democráticas é o seguinte: ou resolvem os seus problemas pelos processos democráticos; ou, então, correm o risco de deixarem de ser democracias. Lembre-se a fórmula de Roosevelt: "Remédio para Democracia é mais Democracia." É uma frase, se quiserem, mas existe nela um grande valor dinamogênico, porque sugere o acionamento do dispositivo autocorretor que só a Democracia possui. A sobrevivência das instituições democráticas depende portanto da sua habilidade em oferecer dentro daquele esquema de proposições que resumem a Democracia "como-deve-ser" — um número tal de realizações que garanta ao homem comum aquilo que ele considera como indispensável para o seu bem-estar. A história prova que a Democracia passa a correr perigo iminente desde o momento em que esse mínimo não exista: lembre-se por sua vez que o maior de todos os inimigos da Democracia funda um de seus dogmas no ponto de que só a violência poderá levá-la a modificar a sua conduta na direção do homem. É esse o desafio do Século. E a resposta está no "pragma" — contra o dogma: o "pragma" é a inteligência em ação.

6.1 — O "Pragma" Contra o Dogma

Eis aqui um conceito de Jacques Barzun ("Of Human Freedom") que vale um milhão de pensamentos: "O demos" só é perigoso quando os indiferentes são dogmáticos — ou os meditativos, despreocupados". Dentro de uma Democracia, o mais importante não será educar todo mundo além do que sua inteligência permita ou do que seria útil para a coletividade — mas tornar os inteligentes socialmente responsáveis pelo destino de todos.

Devem os senhores ter observado que não se tentou em nenhum momento desta conferência fazer aquilo que se costuma exigir de um estudo desta natureza: a definição de Democracia. Indagação como essa sugere que a Democracia seja uma entidade ou um objeto plástico que o homem possui, ou deixa de possuir. Não existe uma coisa concreta a que se possa dar esse título: existem, sim, pensamentos concretizáveis que se podem batizar com esse nome — mecanismos de raciocínio, práticas individuais e coletivas capazes de serem vistas em funcionamento, como o júri, os comícios políticos, as eleições. Toda vez que um grupo de pessoas se reúne para tomar uma decisão dentro de um ponto de vista consensual — e sobretudo sem que os vencidos fundem outra República — eis a Democracia em ação. Todo aquele que não se puder libertar

da noção de Democracia como um ideal puramente abstrato — perde-se em um labirinto de conjecturas e de palavras vazias: só o pensamento objetivo possibilita a ação, em seu conteúdo evolutivo e educativo.

Democracia é educação — e é também cultura, que é educação cristalizada no tempo: errôneo pensar que a opção humana perante a Democracia tem fundo apenas político — porque ela é primeiramente cultural. A Democracia na verdade precisa menos de eleitores do que de artesãos — e com isto queremos dizer que o ato de aceitar ou repelir as coisas à luz de um propósito objetivo — vem a ser o verdadeiro senso prático da Democracia: ela é em certo sentido uma obra de arte — e essencialmente humana.

Se é certo que toda tirania começa no espírito — a Democracia também lá principia, porque ela surge justamente no combate silencioso entre a tirania e a liberdade: a Democracia é antes um estado de espírito do que um Estado de Direito. Depois, prossegue no grupo, através do desenvolvimento do espírito de comunidade, mediante o qual o homem se habitua a prover-se a si mesmo, para que o Estado possa assistir melhor aos que dele realmente necessitam. Programas de ajuda recíproca podem ser a chave do êxito de projetos que principiam em uma simples reunião comunitária, onde uma agenda de meia dúzia de itens é capaz de promover uma reforma social. Isto faz com que toda uma população se deixe convencer da importância da cooperação social e receba como estímulo o sucesso das outras comunidades. Só dessa maneira desfaz-se o cacoete da dependência e do protecionismo governamental, que são alguns dos maiores males das democracias, principalmente as incipientes, em que o cidadão, antes, pergunta o que o Estado lhe pode dar — do que avalia as suas próprias possibilidades individuais de fazer aquilo de que o Estado necessita para cumprir a sua missão: ao lado dos direitos naturais — há também as obrigações naturais.

A cadeia de raciocínio concreto prossegue na família, que exerce a função pragmática de um "capacitor" de energias morais perante a Democracia: não admira portanto que o maior de seus adversários deseje extingui-la, porque ela realiza de fato um papel catalisador. É a sede da propriedade privada: é uma usina de valores éticos; é uma estimuladora da solidariedade humana, da disciplina intelectual, do senso de poupança — situações essas de que a Democracia se utiliza para as grandes promoções visando à valorização do homem.

A sociedade, em si mesma, é o próximo elo desse mecanismo gregário. A sociedade democrática é aquela em que a comunicação humana exerce em cheio o seu dom de ubiquidade: o sucesso da Democracia depende em larga escala do grau de vinculação de seus núcleos grupais. A comunicação humana e as comunicações desempenharam, por exemplo, papel deveras importante na afirmação da democracia americana, bem assim os transportes, o telégrafo, o telefone, tornando mais concretas as vinculações de fato entre os homens. A Democracia não deixa de ser, em certo sentido, um tráfego — um tráfego de idéias em regime de mão dupla.

Outro passo é a empresa: ela foi o verdadeiro pelourinho onde a economia democrática terá mais sofrido os impactos da experiência comunitária. É a sede do trabalho humano e portanto o local onde o homem se reúne ao homem para a tarefa societária da produção. No complexo das relações econômicas, a experiência mostra que não existem aí soluções uniformes: não há economia, há economias — e portanto um remédio aplicável a cada caso isolado. Lembre-se o conceito de Perry de que “é melhor saber que espécie de doente adquiriu uma doença do que a espécie de doença que um doente adquiriu” — e nada mais prático do que o sentido de relativismo que deve presidir as atividades internas de uma empresa, na Democracia.

A Igreja é a religação do homem com suas origens ideais. A Democracia, idealista que é no melhor sentido neo-aristotélico do termo, não disputa com a Igreja o conteúdo espiritual do homem — antes aceita o precioso auxílio dela na exaltação de seus valores morais, com que se ajusta de maneira perfeita na vida prática. O religioso e o cívico servem reciprocamente de adjetivos e possuem uma larga pauta de realizações em comum, no tirocinio cotidiano da Democracia.

O Estado democrático: eis aí o capítulo mais substancial de um programa de atuação prática da Democracia. Duas palavras talvez resumam esse programa: exação — e excepção. O Estado exato e o Estado excepção — sumarizam o dualismo pragmatista do Poder numa verdadeira Democracia: há toda uma enciclopédia de Política, de Economia, de Moral, de Direito, de Sociologia por detrás dessas duas palavras-sínteses.

Tudo isso compõe uma verdade global, ou pelos menos um pequeno código de verdades mais ou menos falíveis — porém todas elas fundadas na experiência, na insubstituível experiência humana de cada dia. É o grande resumo da vida de uma nação, imperfeito que seja, falto que possa ser — mais perfeitamente real em seus contornos gerais. Todo aquele cuja inteligência fôr tão forte quanto a confiança que possa ter na própria capacidade de corrigir os erros de ontem pela ação de amanhã — estará portanto habilitado a viver no mundo democrático e pluralista onde não devem existir dogmas universais; nem “homo faber”; nem raça eleita; nem homens que se alimentam no bico das águias; nem panacéias sociais; nem arte mundial; nem fórmulas de felicidade; nem gestos-padrão; nem uma camisa para todos os corpos — mas sim uma humanidade terrivelmente humana, feliz ou infeliz na justa medida de seus anseios mais ou menos realizados, porém maravilhosamente diversificada mercê da opulenta imaginação de Deus que não agiu em vão ao fazer cada qual de nós com um gosto, um paladar, um ouvido, uma côr, uma alma.

7 — Conclusão

Há uma carta de Jefferson que define de maneira lúcida e brilhante o grande desafio da Democracia aos tempos: “Não tenho medo — dizia-ê

em 1787 — de que o resultado de nossa experiência possa ser outro senão este: que podemos confiar nos homens para se governarem a si mesmos, sem a necessidade de um dono. Pudesse o contrário disso ser provado, eu concluiria que Deus não existe — ou então...

O mundo atual não é o mesmo dos tempos de Jefferson. Os perigos que assolam aquela "planta tenra" são hoje notoriamente mais graves. As marés montantes das ideologias traumáticas transformadas em novas formulas de imperialismo — como bem aponta Seton-Watson, professor de História na Universidade de Londres ("The New Imperialism") — ameaçam as restantes ilhas de liberdade: Berlim Ocidental, Alemanha Ocidental, China Insular, Coreia Meridional, Vietname do Sul, Europa Ocidental, o Hemisfério Ocidental, não longe das praias continentais. Não foi sem razão que a Mitologia grega acorrentou Prometeu — no Cáucaso! Convinhamos que a estratégia do terror é algo na verdade alarmante — e em momentos de crise surgem sempre aqueles que não hesitariam em abandonar a experiência de liberdade, em troca de sobrevivência a qualquer preço. Pensam os pusillânimes que se a defesa da liberdade coloca em risco a paz, melhor será viver sob a tirania do que arrostar a destruição. "Better red than dead" — diz penosamente Bertrand Russel! Ao que se poderia responder, como Sidney Hook ("The Paradoxes of Freedom"), dentro da melhor tradição jeffersoniana: "Aqueles que jamais arriscam a vida pela liberdade, certamente perderão a liberdade — sem salvarem a vida; e se não prezarmos alguma coisa mais preciosa do que a própria vida, então não seremos dignos da condição humana."

Eles são muitos, esses timoratos da liberdade, e tendem a crescer em número, criando uma das questões mais graves para a Democracia, que é esta: poderá ela negar o privilégio político àqueles que a destruiriam se elevados democraticamente ao Poder? É claro que, numa Democracia, o Poder, uma vez emanado do povo, tem de voltar ao ponto de partida para a renovação do mandato. Assim, o cidadão, numa Democracia, não pode decretar o fim da Democracia sob pena de negar-se a si mesmo: a única liberdade negável — é a liberdade de não ser livre! O democrata não tem o direito de autodestruir-se como homem livre, porque não pode dispor arbitrariamente de uma coisa que não pertence apenas a si mesmo: ele não só sacrificaria o seu próprio destino, como o destino das minorias, que seriam consigo arrastadas para a escravidão involuntária. Ele não só hipotecaria o seu próprio futuro individual, como também o patrimônio cultural e cívico de seus ancestrais e de seus descendentes. Eis por que é preciso fazer a legítima defesa da Democracia: ela já está ficando fatigada de deixar-se ferir pelas armas que coloca de boa fé à disposição de seus inimigos. Pois então — observa Pierre Duclos — não deve ela mais dizer aos que a difamam: "Concedo-vos, em nome dos meus princípios, a liberdade que me negarieis, em nome dos vossos"; mas sim — "nego-vos, em nome dos vossos princípios, a liberdade que me solicitais, em nome dos meus".

BIBLIOGRAFIA

- 1 — SEYMOUR LIPSET — "The Psychology of Voting"
- 2 — GIOVANNI SARTIRO — "Democrazia e Definizione"
- 3 — R. BRUCKBERGER — "La République Americaine"
- 4 — JOHN STRACHEY — "O Grande Despertar"
- 5 — GABRIEL ALMOND — "Political Behavior"
- 6 — CARL FRIEDRICH — "Constitutional Government and Democracy"
- 7 — HANS MORGENTHAU — "Politics Among Nations"
- 8 — IRISH and PROTHO — "The Politics of American Democracy"
- 9 — ANN THOMAS and MYRES MACDOUGALL — "Studies in World Public Order"
- 10 — PINTO FERREIRA — "Teoria do Estado"
- 11 — ARNOLD WOLFERS — "Discord and Collaboration Essays on International Politics"
- 12 — LOUIS ROUGIER — "Les Mystiques Politiques Contemporaines et leurs Incidences Internationales"
- 13 — KARL MANHEIM — "Ideologia e Utopia"
- 14 — FREDERICK HAYNEK — "The Counter-revolution of Science"
- 15 — LEWIS MUMFORD — "The Condition of Man"
- 16 — ROBERT MERTON — "Sociology of Knowledge"
- 17 — KARL POPPER — "The Open Society and its Enemies"
- 18 — HANS FREYER — "Teoria da Época Atual"
- 19 — CALDERAN BELTRÃO — "Sociologia do Desenvolvimento"
- 20 — ROBERT STRAUSS HUPE — "Power and Community"
- 21 — ARNOLD BRECHT — "Teoria Política"
- 22 — ROBERT KENNEDY — "Just Friends and Brave Enemies"
- 23 — FREDERICK WATKINS — "The Age of Ideology"
- 24 — HANS Kelsen — "Essência y Valor de la Democracia"
- 25 — JACQUES BARZUN — "Of Human Freedom"
- 26 — HUGH SETON-WATSON — "The New Imperialism"
- 27 — SIDNEY HOCK — "Paradoxes of Freedom"
- 28 — LYRA TAVARES — "Combate ao Comunismo na Força Armada"
- 29 — CHESTERTON — "Orthodoxy"
- 30 — MONTAIGNE — "Ensaies"
- 31 — PITIRIM SOROKIN — "Basic Trends of our Times"
- 32 — C. LACERDA — "Reforma e Revolução"